



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

1
f
PRG

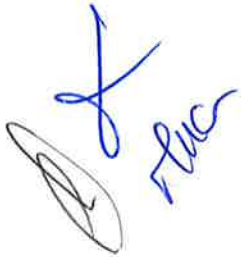
323/2018

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
COMUNICAÇÕES FIXAS E MÓVEIS PARA
MUNICÍPIO DE LOULÉ, PELO VALOR GLOBAL
DE 71.998,32€, AO QUAL ACRESCE O IVA À
TAXA LEGAL.**

Aos dez dias do mês de Agosto do ano 2018, em Loulé, no Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, Maria Ricardo Correia Pinto Guerreiro, oficial público dos contratos, da Câmara Municipal de Loulé, conforme despacho emitido pelo Senhor Presidente da Câmara no dia dezassete de Outubro de dois mil e dezassete, é celebrado o presente contrato:-----

Entre o **MUNICÍPIO DE LOULÉ**, pessoa colectiva número 502098139, com sede na Praça da República, em Loulé, representado por **VÍTOR MANUEL GONÇALVES ALEIXO**, na qualidade de seu Presidente, com poderes para o acto, nos termos legais e a firma **MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A.**, com sede na Av. Fontes Pereira de Melo, nº 40, Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial com o número único de matrícula e pessoa coletiva 504615947, com o capital social de 230.000.000,00€ representada por **ANA ISABEL PINTO BOCAS**, portadora do Cartão de Cidadão número 06951759-2ZY3, válido até 6 de dezembro de 2027, contribuinte número 182975746, na qualidade de Procuradora, com poderes para o acto conforme consta da procuração datada de 25 de Junho de 2015 e substabelecimento de 03 de Julho de 2015, é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

PRIMEIRA: Por despacho do Sr. Presidente de **02 de Agosto de 2018**, e na sequência do concurso público, cujo anúncio foi publicado no Diário da Republica número 122, II Série de 27 de Junho de 2018 à firma **MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A.**, a **“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES FIXAS E MÓVEIS PARA O MUNICÍPIO DE LOULÉ”** pelo valor global de 71.998,32€ (setenta e um mil, novecentos e noventa e oito euros e trinta e dois cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme caderno de encargos e proposta do adjudicatário, e




CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

demais elementos patentes no concurso que se consideram integrados no presente contrato, tendo o encargo cabimento na rubrica orçamental **02/02.02.09**;-----

A despesa referente a este contrato tem o compromisso orçamental n.º **6002**, e LCPA n.º **6185** no âmbito do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06;-----

SEGUNDA: O objeto do presente contrato consiste na prestação de serviços de comunicações fixas e móveis para o Município de Loulé, conforme se descreve pormenorizadamente na parte II - cláusulas técnicas do caderno de encargos e na proposta do adjudicatário que se dá por inteiramente reproduzida; -----

TERCEIRA: O contrato vigora até ao limite máximo de 71.998,32€ (setenta e um mil, novecentos e noventa e oito euros e trinta e dois cêntimos), ou pelo prazo de 24 meses, a contar da data da sua entrada em vigor, consoante o que ocorra em primeiro lugar. No caso de nenhuma das partes se pronunciar em contrário com pelo menos 30 dias de antecedência, relativamente ao prazo de 24 meses referidos no ponto anterior, o contrato será automaticamente renovado pelo período de mais 12 meses ou até que se esgote o valor total da adjudicação, consoante o que ocorra em primeiro lugar.-----
Caso o valor indicado não seja atingido durante o período de 24 meses ou de 36 meses conforme previsto nos pontos anteriores, a contar da data de entrada em vigor do contrato, este caducará automaticamente no término desse período;-----

QUARTA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável no presente contrato decorrem ainda para o adjudicatário as obrigações previstas no artigo quinto da parte I (cláusulas gerais) do caderno de encargos;-----

QUINTA: O adjudicatário fica obrigado a prestar assistência técnica em caso de deficiência do serviço, ou outros, no prazo máximo de 48 horas úteis, a contar da data e hora da notificação da ocorrência;-----

O adjudicatário fica obrigado a prestar assistência técnica em caso de quebra de serviço, no prazo máximo de 24 horas seguidas, a contar da data e hora da notificação da ocorrência;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

3
[Handwritten signature]

Em caso de furto dos equipamentos móveis, o adjudicatário providenciará a substituição dos mesmos no prazo máximo de 48 horas úteis, a contar da data e hora da notificação da ocorrência.-----

Em caso de avaria dos equipamentos o adjudicatário obriga-se a substituir os mesmos, sem custos para o município de Loulé, pelo período de tempo necessário à reparação.-
As reparações e substituições dos equipamentos móveis são da responsabilidade do adjudicatário.-----

A substituição de equipamentos prevista na presente cláusula tem de ocorrer no prazo máximo de 24 horas após comunicação do pedido ao adjudicatário, e será efetuada através de equipamento equivalente;-----

SEXTA: O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Loulé, de que possa ter conhecimento, ao abrigo ou por força da execução do contrato.-----

A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato;-----

Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes;-
O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à protecção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas colectivas;-----

SÉTIMA: As quantias devidas serão pagas no prazo de 30 dias após a recepção das respectivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva;-----

Para efeitos de pagamento, o adjudicatário deve apresentar mensalmente e de forma separada faturas respeitantes às várias situações contratadas designadamente, a rede




CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

fixa, a rede móvel, a rede de dados e outros serviços contratados. A faturação deve conter informação detalhada e ser permitido o acesso a extrato online.-----

Em caso de discordância por parte da Edilidade quanto aos valores indicados nas facturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida;-----

OITAVA: Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a Edilidade pode exigir o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:-----

a) Pelo incumprimento do tempo de resposta, para restabelecimento do serviço, em caso de quebra ou deficiência do mesmo, até 5% do valor do contrato por cada dia de atraso;-----

b) Pelo incumprimento do tempo de resposta, na assistência técnica em caso de deficiência do serviço, ou outros, até 2,5% do valor do contrato por cada dia de atraso;-

c) Pelo incumprimento relativamente aos equipamentos terminais, nomeadamente a disponibilização em caso de avaria, de equipamento equivalente sem encargos adicionais, num prazo de 24 horas, após a comunicação da ocorrência, será aplicada uma pena pecuniária de € 15,00 (quinze euros) por cada dia de atraso.-----

Em caso de incumprimento do contrato, por incumprimento do adjudicatário, a Edilidade pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do valor do contrato;-----

Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Loulé tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento. O Município de Loulé pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.-----

As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Edilidade exija uma indemnização pelo dano excedente;-----

NONA: Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

5

Luc

circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar;-----

Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos acima referidos, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas;-----

Não constituem motivos de força maior os previstos no ponto 3 do artigo 11 da Parte I – cláusulas gerais do caderno de encargos;-----

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior;----

DÉCIMA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:-----

a) Quando se verificar que o objecto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo adjudicatário. -----

b) Incumprimento das obrigações definidas para o adjudicatário no caderno de encargos;-----

c) Quebra no serviço por período superior a 24 horas seguidas;-----

O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Edilidade;-----

DÉCIMA PRIMEIRA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

DÉCIMA SEGUNDA: A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos;-----

DÉCIMA TERCEIRA: Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o foro dos Tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro;-----

DÉCIMA QUARTA: De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP o gestor designado com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato é Nélia Lourenço, Técnica Superior da Divisão de Informática e Administração de Sistemas.-----

DÉCIMA QUINTA: Que, nos casos omissos ao presente contrato, ou aos documentos a ele anexos, aplicar-se-ão as normas legais em vigor e supletivamente o disposto no CCP, e restante legislação aplicável.-----

Que este contrato foi precedido de minuta, aprovada por despacho do Sr. Presidente de 02 de Agosto de 2018 e aceite pela representada do segundo outorgante.-----

Do presente contrato fazem parte:-----

- Programa de Procedimento;-----
- Caderno de Encargos;-----
- Proposta do adjudicatário;-----
- Deliberações de Câmara e Informações técnicas.-----

E, que ambos os outorgantes aceitem este contrato nos precisos termos exarados, de que tomaram integral conhecimento, assim como dos documentos anexos, que depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes.-----

PRIMEIRO OUTORGANTE,

[Handwritten signature]

A SEGUNDA OUTORGANTE,

[Handwritten signature: Ana Isabel Pinho Boas]

O OFICIAL PÚBLICO DOS CONTRATOS,

[Handwritten signature: Maria Ricardo Correia Pinho Guerreiro]